

## PROGRAMAÇÃO ACADÊMICA 2026/01

### **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO** **Ênfase em Gestão do Passivo Ambiental e Planejamento Sucessório do Produtor Rural**

O curso de Especialização Lato Sensu em Direito Ambiental e Urbanístico surge em um contexto de intensas transformações ambientais e desafios globais, em que as atividades humanas impõem pressões significativas sobre os ecossistemas e a qualidade de vida das populações. As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a exploração desenfreada de recursos naturais e a urbanização desordenada demandam respostas jurídicas eficazes e comprometidas com a sustentabilidade.

Em Mato Grosso, estado de relevância nacional e internacional em função de sua biodiversidade e expressiva produção agrícola, esses desafios são particularmente acentuados. Este curso tem como objetivo preparar profissionais para atuar de forma qualificada e inovadora na área de Direito Ambiental e Urbanístico, capacitando-os a enfrentar as complexidades jurídicas relacionadas ao licenciamento ambiental, à preservação de ecossistemas, à gestão urbana e à promoção do desenvolvimento sustentável.

- **COORDENAÇÃO:** Professor Marcelo Caetano Vacchiano – Doutor em Ciências Ambientais pela UNEMAT; Promotor de Justiça coordenador do centro de apoio à execução ambiental do MPMT.
- **INÍCIO:** 24 de abril de 2026;
- **CARGA HORÁRIA:** 396 horas/aula, divididas em 22 disciplinas e atividades extracurriculares.

#### **PÚBLICO ALVO**

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.

#### **DIFERENCIAL FESMP/MT**

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica matogrossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;

- Qualidade dos cursos, sendo as aulas semipresenciais (12 disciplinas presenciais e 09 em formato à distância ao vivo conforme calendário abaixo) com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário), às sextas-feiras das 18:30h às 23:00h, sábados das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h (O horário a partir das 16h é destinado para realização da avaliação);
- Amplo estacionamento com vigia uniformizado;
- Respeito às regras de acessibilidade.

## VALOR DO INVESTIMENTO

- **Taxa de matrícula:** R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- **Público Geral:** 22 parcelas de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), pagamento a vista ou em 02 (duas) vezes acumula 10% (dez por cento) de desconto;

### • CONVÊNIOS INSTITUCIONAIS E CORPORATIVOS

Condições especiais para advogados, empresas e instituições que investem em qualificação. Consulte-nos para mais informações.

Opções de pagamento: boleto bancário, cartões de débito e crédito (pagamento por cartão terá acréscimo das taxas da operadora).

## CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

### 1. TUTELA ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE

1. A evolução das normas e a atuação do poder público na sua aplicação 1.1 O meio ambiente nas Constituições 1.2 O meio ambiente na legislação ordinária 1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental 1.4 As multas administrativas. 2. O exercício do poder de polícia do Estado no controle das atividades nocivas ao meio ambiente 2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais 2.2 As sanções administrativas e sua aplicação 2.3 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais 2.4 Atividades condicionadas à aprovação prévia 2.5 A competência para o licenciamento 2.6 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental. 3. Comentários aos artigos do Decreto 6.514/08: Infrações administrativas contra o meio ambiente

**Aulas nos dias: 24 e 25/04/2026 – remoto/ao vivo**

**Prof. Esp. Davi Maia Castelo Branco Ferreira**

Especialista em Direito Ambiental e do Agronegócio pela PUC-PR, graduado na UFC em Direito. Procurador da PGE/MT.

### 2. PRODUÇÃO ALIMENTAR, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR

1. Aspectos gerais dos recursos naturais nos biomas mato-grossenses como fonte de produção sustentável; 2. Conservação da biodiversidade; 3. Serviços ambientais; 4. Objetivos

do desenvolvimento sustentável; 5. Produção agrícola e soberania alimentar. 6. Análise histórica dos processos de produção em MT: das mudanças ambientais, as comunidades tradicionais e sua relação com o ambiente natural circundante; 7. Grandes e pequenos produtores e sua interação com o ambiente natural; 8. Sistemas produtivos, 9. Agronegócio - commodities - e sua relação com soberania alimentar

**Aulas nos dias: 15 e 16/05/2026 – presencial**

**Prof. Dr. Josué Ribeiro da Silva Nunes**

Graduado em Ciências Biológicas (UFMT 2000), especialista em avaliação ambiental estratégica (UEMS 2006), mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (UFMT 2003) e doutor em Ecologia e Recursos Naturais (UFSCar 2010). Professor Adjunto UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso desde 2006, orientador de mestrado no programa ProfBio e de mestrado e doutorado no Programa de Ciências Ambientais. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Análise Ambiental, Limnologia e Etnobiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Espaços produtivos, Educação, Ensino, Pantanal, Limnologia, Avifauna, Turismo E Etnozoologia e Etnoornitologia. É membro dos grupos de pesquisa: Rede de pesquisa de biodiversidade nos Biomas Cerrado, floresta Amazônica e Pantanal do estado de mato grosso e Conceitos Ecológicos e Etnoecológicos aplicados e Conservação da água e da biodiversidade do Pantanal. Atualmente desempenha a função de Superintendente da Escola de Governo na SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso).

### **3. ESG E COMPLIANCE**

1. Introdução 2. Incentivos ao *Compliance* ambiental: a caminho da sustentabilidade 3. *Compliance* e os programas de integridade 4. Gestão de riscos e interface com os princípios do direito ambiental 5. A responsabilização para a sustentabilidade 6. Considerações para o futuro

**Aulas nos dias: 29 e 30/05/2026 – remoto/ao vivo**

**Prof. Dr. Talden Queiroz Farias**

Doutor em Recursos Naturais pela UFCG e doutor em Direito pela UERJ (com distinção), tendo feito estágio de doutoramento sanduíche pela Universidade de Paris 1/Pantheón-Sorbonne (bolsa CAPES-COFECUB). Pós-Doutor em Direito da Cidade pela UERJ.

Advogado e professor de Direito Ambiental da UFPB e da UFPE (graduação e pós-graduação). É autor dos livros "Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos" (8. ed. Fórum, 2022), "Competência administrativa ambiental" (2. ed. Lumen Juris, 2022), "Introdução ao direito ambiental" (Del Rey, 2009) e "Direito ambiental: tópicos especiais" (UFPB, 2007), além dos vários artigos científicos e capítulos de livros.

É organizador de várias obras, a exemplo de "Direito ambiental atualizado" (2. ed. RT, 2021), "Planejamento urbano de energias renováveis: diálogos franco-brasileiros" (Editor, 2016) e "Direito ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade" (Fórum, 2010).

### **4. DIREITO MINERÁRIO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**

1. Introdução à mineração: Tipos de mineração; Indústrias de mineração; Mineração e impactos ambientais. 2. Introdução ao direito minerário: Noções básicas do Código de Mineração; Lei 12.651 de 25 maio de 2012 e a Mineração; O processo de requerimento de um direito minerário. 3. Licenciamento de atividades mineradoras: Legislação ambiental aplicada à mineração; Etapas do licenciamento ambiental. 4. Barragens de mineração: Política Nacional de Segurança de Barragens. 5. Aula prática, visita a uma mineradora da Baixada Cuiabana.

**Aulas nos dias: 26 e 27/06/2026 – presencial**

**Profa. Me. Sheila Klener Jorge de Sousa**

Graduada em Geologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998); Mestre em Geologia Regional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Atualmente é analista ambiental - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE onde ocupa o cargo de Coordenadora do setor de Licenciamento de Empreendimentos Minerários. Atuou no ensino superior por cerca de 15 anos. Foi professora da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CAMPUS DE RONDONÓPOLIS, atuando no curso de Geografia com as disciplinas de Geologia Geral, Biogeografia, Geomorfologia e Hidrogeologia. Foi professora do Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON, atuando no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental trabalhando com as disciplinas: Fundamentos de Controle Ambiental, Solos e Degradação, Licenciamento Ambiental e Planejamento e Gestão Ambiental; Bacharelado em Turismo atuando nas disciplinas de Cartografia e Ecoturismo; Bacharelado em Direito com a disciplina de Metodologia Científica e Bacharelado em Administração com a disciplina de Gestão Ambiental. Foi Coordenadora do curso de Pós Graduação em GESTÃO AMBIENTAL COM ENFASE EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Possui experiência na área de geociências, com ênfase em mineração e meio ambiente, ecoturismo, recuperação de áreas degradadas, meio ambiente, geoturismo, análise ambiental e trilhas interpretativas com temática geológica. Participou como coordenadora da equipe de análise de vários processos de EIA/RIMA de processos de mineração e equipamento turísticos.

## **5. TRANSPARÊNCIA AMBIENTAL ESTADUAL E POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

1. Introdução à Gestão de Resíduos Sólidos: Panorama histórico e contexto atual no Brasil e em Mato Grosso; Conceitos básicos, classificação e caracterização de resíduos sólidos; Importância da gestão adequada de resíduos para a sustentabilidade ambiental e social. 2. Práticas Sustentáveis na Gestão de Resíduos Sólidos: Reaproveitamento e reciclagem: estratégias e exemplos práticos; Métodos de tratamento ambientalmente adequados: compostagem, biodigestão e incineração; Disposição final segura: aterros sanitários e alternativas inovadoras. 3. Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na Prática Jurídica: Obrigações legais de elaboração de PGRS para diferentes setores econômicos conforme a Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos; Estruturação de um PGRS: diagnóstico ambiental, metas e estratégias de gestão de resíduos para empresas privadas e órgãos públicos; Requisitos para aprovação de PGRS junto aos órgãos ambientais estaduais e municipais; Estudo de casos práticos. 4. Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos: Aplicações no Âmbito Empresarial e Público: Diretrizes e obrigações da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) para empresas privadas e gestores públicos; Responsabilidade compartilhada no gerenciamento de resíduos: papel do gerador, do transportador e do destinatário final; Logística reversa: exigências legais, incentivos e desafios na aplicação prática; Procedimentos administrativos para conformidade com a legislação ambiental em Mato Grosso; Estudo de casos práticos. 5. Transparência Ambiental e Controle Social: Conceito e importância da transparência ativa e passiva na gestão ambiental; Papel da transparência no fortalecimento do controle social e efetividade das políticas públicas; Obrigações legais de transparência na gestão ambiental conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). 6. Instrumentos de Transparência Ativa e Passiva em Mato Grosso: Análise prática dos portais da SEMA: ferramentas disponíveis e como acessá-las; Extração e interpretação de informações públicas relacionadas a resíduos sólidos e licenciamento ambiental; Procedimentos para solicitar informações por meio de transparência passiva. 7. Acesso Prático a Informações Ambientais nos Portais da SEMA: Explicação detalhada sobre o funcionamento dos portais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT); Identificação das ferramentas disponíveis para transparência ativa, como relatórios de licenciamento ambiental, cadastros públicos e monitoramento de empreendimentos; Procedimentos para solicitação de informações com

base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), incluindo prazos e recursos administrativos; Passo a passo para acessar dados públicos disponíveis no site da SEMA; Peticionamento virtual; Exemplos práticos de extração e interpretação de informações úteis para assessoramento jurídico de empresas e órgãos públicos;

**Aulas nos dias: 10 e 11/07/2026 – presencial**

**Prof. Me. Gabriel Vitoreli de Oliveira**

Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2005) e cursos de pós-graduação em Perícia, Auditoria Ambiental e em Gestão e Direito Ambiental. É mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é Analista de Meio ambiente na Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, tem experiência em Geotecnologias, Análise Ambiental e em Gestão de Projetos.

**Profa. Me. Helen Farias Ferreira**

Eng. Sanitarista, Mestra em engenharia de edificações formada pela UFMT. Esteve secretaria de meio ambiente do município de VG no período de 215 a 2020. Trabalho na SEMA / MT. Hoje está como superintendente de gestão de desconcentração e descentralização na sema, onde leva aos municípios a descentralização da gestão ambiental.

## **6. MEIO AMBIENTE CULTURAL**

1. A noção de patrimônio: usos e sentidos. 2. Patrimônio cultural e identidade nacional. 3. A institucionalização do patrimônio como campo de estudos e ação política no Brasil. 4. Instrumentos e políticas públicas para o patrimônio cultural: os efeitos e desafios das políticas de patrimônio a partir de seus instrumentos de ação. 5. Legislação vigente nos planos federal, estadual e municipal. 6. Recomendações e convenções internacionais. 7. Classificações institucionais do patrimônio cultural e suas formas de preservação. 8. Patrimônio Material. 9. Patrimônio Imaterial: Celebrações, Saberes, Formas de Expressão e Lugares. 10. Tombamento e seus efeitos. Inventário, registro e salvaguarda. 11. Outras formas de Acautelamento e Preservação: termo de ajustamento de conduta, ação civil pública. Ação Popular, Ação de Improbidade Administrativa, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Ação Declaratória de Valor Cultural etc.

**Aulas nos dias: 24 e 25/07/2026 – remoto/ao vivo**

**Prof. Dr. Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz**

Licenciado em Magistério pelo CNMP; bacharel em Direito pela Universidade Salvador (Unifacs); pós-graduado em Direito lato sensu pela Escola de Magistrados da Bahia (EMAB); Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN com a UFRJ; advogado da Procuradoria Jurídica do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (2009/2012); Consultor Jurídico do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (2012/2014); Diretor de Projetos, Obras e Restauo do IPAC (2014); Diretor de preservação do IPAC (2015), Oficial Advogado do Exército da 6ª Região Militar (2015/2016); Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN no Brasil (2016/2020); Assessor Jurídico de 2º Grau do Tribunal de Justiça da Bahia (2022/2023); foi membro do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC); núcleo focal do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina e Caribe (CRESPIAL); Professor universitário; autor da obra "O Registro de Bens Culturais Imateriais como Instrumento Garantidor de Direitos Culturais", publicada na Revista n 1 do IPAC; organizador da obra Em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. Atualmente é Superintendente do IPHAN no Estado da Bahia.

## **7. GOVERNANÇA CORPORATIVA, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E CONTINUIDADE EMPRESARIAL**

1. Introdução e panorama histórico da Governança Corporativa; 2. Dados sobre as empresas no Brasil e no Mundo; 3. Ciclo de vida das empresas e desafios estruturais; 4. Do problema de agência às crises globais e escândalos que moldaram práticas modernas; 5. Fundamentos e Conceitos-Chave da Governança Corporativa; 6. Governança Corporativa: definição, elementos estruturantes e o papel dos órgãos de administração; 7. Modelos e formatos possíveis de Governança Corporativa; 8. Princípios e Benefícios da Governança Corporativa; 9. Códigos e Diretrizes de Melhores Práticas; 10. Modelo dos Três Círculos: Família, Propriedade e Empresa; 11. Governança da Propriedade, da Família e Corporativa; 12. Conexões com Cultura, Sucessão e Continuidade, 13. Marcos internacionais: Relatório Cadbury (1992), Princípios da OCDE, SOX (EUA), Basileia e supervisão baseada em risco; 14. Marcos brasileiros: IBGC, Banco Central, CMN e linha do tempo normativa.

**Aulas nos dias: 07 e 08/08/2026 – presencial**

**Profa. Ms. Luize Calvi Menegassi Castro**

Advogada, sócia do escritório Oliveira Castro Advogados, atuante no campo consultivo, preventivo, contratual e contencioso nas áreas do Direito Empresarial, Societário, Contratos e Civil. Mestre em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes/RJ, com participação no grupo de pesquisa em Falência e Recuperação de Empresas no *Autumn School* da Universidade de Paris 1 – Panthéon/Sorbonne (França). Possui curso de Recuperação Judicial e Falências – Capacitação de Administração Judicial, com aptidão para o exercício do encargo, pelo IBAJUD (2017). Atuou como professora das disciplinas de Direito Empresarial, Processo Civil e Direito do Consumidor na Universidade de Cuiabá/MT (2010–2014). Possui cursos de formação em Governança Corporativa e Governança em Empresas Familiares pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como em ESG aplicado e Gestão de Empresas Familiares pelo INSPER, sendo ainda sócia da Case Administração Judicial e da EBDCOM – Escola Brasileira de Direito Comercial.

## **8. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E PATRIMONIAL**

1. Abordagem sobre a empresa familiar; 2. Quebras de paradigmas sobre o tema: a) a formação das empresas no Brasil; b) a proteção patrimonial do empresário na lei brasileira: limitação de responsabilidade; c) existe proteção/blindagem patrimonial; 3. Sociedade limitada (Ltda): aspectos gerais e constituição da sociedade limitada (contrato social); 4. Integralização do capital social e responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais; 5. Dever de lealdade, exclusão do sócio e direitos do sócio: a) participação nos resultados sociais, lucro e pro labore; b) participação nas deliberações sociais; c) fiscalização da administração; d) direito de retirada e de preferência; 6. Administração da sociedade limitada: diretoria, responsabilidade do diretor e representação da sociedade; 7. Aspectos do planejamento sucessório: ; 8. O início do planejamento sucessório; 9. As etapas do planejamento sucessório: a) conceito de sucessão empresarial e sucessão patrimonial; b) holding: pura ou mista; c) administradora de bens imóveis próprios; d) offshore; e) testamento; f) aspectos da sucessão familiar e proteção patrimonial; g) aspectos societários; h) aspectos tributários; i) as implicações tributárias na sucessão: ITBI e ITCMD; 10. Impactos da Reforma Tributária no ITBI, ITCMD e outros tributos inerentes ao planejamento; 11. Processo de legalização: elaboração dos contratos sociais e acordo de quotistas;

**Aulas nos dias: 21 e 22/08/2026 – presencial**

**Prof. Dr. Bruno Oliveira Castro.**

Advogado. Atua no Direito Empresarial com especialidade em Constituição de Holdings Familiares, Direito Societário, Falência e Recuperação de Empresas, Governança e Direito Autoral, Professor, Palestrante e Parecerista, especialista em Direito Empresarial pela UFMT, com curso de extensão em Insolvência pelo Bankruptcy Program da California Western

School of Law, San Diego, USA (2016 e 2017). Curso de Insolvência em Direito Comparado pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata (2018). Participou como membro para produção e exposição de artigos do Grupo de Pesquisa em Falência e Recuperação de Empresas no Autumn School da Universidade Paris 1 - Panthéon/Sorbonne (França) em 2017 e 2018. Curso de extensão de Insolvência e o Código Civil no Direito Comparado na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne (França) em 2023. Foi professor convidado de Direito Empresarial em Curso de Extensão e Pós Graduação de Falência e Recuperação de Empresas da PUC/SP, PUC/PR, UNINOVE, PUC/Camp, FGV/RJ, UFMT e FADISP/SP, da AASP Associação dos Advogados de São Paulo, da Escola da Magistratura do Mato Grosso, Paraná, Bahia e Ceará. Presidente da Escola Superior da Advocacia - ESAMT (Triênio 2012-2015). Presidente do Instituto Brasileiro de Administração Judicial - IBAJUD (2017-2018). Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público pra elaboração de manual de boas práticas aos membros do Ministério Público nas Recuperações Judiciais e Falências (CNMP - PRESI 45 de 24/02/2022). Diretor Secretário da Comissão Especial de Falências e Recuperação Judicial do CFOAB (triênio 2022/2024). Autor de livros, capítulos e artigos jurídicos.

## **9. CÓDIGO FLORESTAL**

1. Os conceitos possíveis de floresta e suas funções ecológicas. 2. Do Direito Florestal ao Direito Ambiental. 3. O Código de 1934 e o Antecedente jurídico das APP: as Florestas Protetoras. A consagração das APP na Lei 4.771/65 e suas alterações. 4. Contexto de aprovação da Lei 4.771/65 e regime das APPs antes da Lei 12.651/12. 5. Novo regime das APP. APPS, existência e fundamentos. Espécies de ÁPP pelo efeito da lei. Intervenção e supressão de APP. Regime temporário e a regularização de intervenções em APP. 6. Área de Reserva Legal Florestal (RLF). Delimitação nas posses e propriedades rurais. Localização e o Cadastro Ambiental Rural. Intervenções e supressões na RLF. Regime temporário e a regularização de intervenções em RLF. 7. Infrações Penais e administrativas e os Programas de Recuperação Ambiental. 8. Vedação de Retrocesso e a Lei 12.651/2012. 9. O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal das ADIs 4901, 4902, 4903 e da ADC 42.

**Aulas nos dias: 04 e 05/09/2026 – remoto/ao vivo**

**Prof. Dr. Pedro Curvello Saavedra Avzaradel**

Pós-doutor em Direito Ambiental pela Universidade Paris I (2017) como parte do Programa CAPES/COFECUB tendo como instituição de fomento a CAPES. Doutor em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2012), Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2008) e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professor Adjunto da UFF desde 2014. Atualmente, leciona Direito Empresarial na Faculdade de Direito de Niterói. É membro fundador do Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Direito (<https://gemadi.vr.uff.br>), existente desde 2014, trabalhando a questão ambiental a partir de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Integra desde 2015 o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da mesma Universidade (PPGDC/UFF), lecionando disciplinas como A Questão Socioambiental no Constitucionalismo Latino Americano e Direito Constitucional Ambiental Ibero-americano. Atualmente, coordena, desde julho de 2021, o PPGDC/UFF (<https://ppgdc.uff.br>) . Autor do livro "Novo Código Florestal: enchentes e crise hídrica no Brasil"(2016), participou da organização de diversas obras coletivas. É membro das seguintes redes: Associação Brasileira dos Professores e das Professoras de Direito Ambiental (APRODAB); Red Iberoamericana de Derecho de la Energía (RIDE); Red Internacional sobre Cambio Climático, Energía y Derechos Humanos (RICEDH). Atua principalmente com os seguintes temas: Litigância e Justiça Climáticas, Justiça ambiental e conflitos socioambientais, tutela das florestas, Democracia

Ambiental, Direito Constitucional Ambiental Ibero-Americano, Estado Ecológico de Direito e ODS, Energias Renováveis.

## **10. RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

1. Hidrologia básica: aplicações da hidrologia; ciclo hidrológico; estrutura das bacias hidrográficas; classificação de corpos d'água superficiais e subterrâneos; balanço hídrico. 2. Principais questões socioambientais relacionadas ao uso recurso hídrico no Brasil. Histórico de uso, gestão e proteção dos recursos hídricos no Brasil. 3. Caracterização da água no ordenamento jurídico brasileiro. Política Nacional dos Recursos Hídricos (L. 9433/1997): 4. Planos de recursos hídricos; enquadramento e classificação do uso de corpos d'água (Resoluções CONAMA 357/2005 e 397/2008); outorga de direito de uso de recurso hídrico. 5. Gestão do recurso hídrico: Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de recursos hídricos, outros tipos de conselhos. 6. Código Florestal e uso dos recursos hídricos. 7. Licenciamento ambiental das atividades que impactam os recursos hídricos. 8. Proteção dos recursos hídricos em Mato Grosso: estudos de caso e regulamentos em nível estadual. 9. Interface dos recursos hídricos e políticas climáticas.

**Aulas nos dias: 18 e 19/09/2026 – presencial**

### **Prof. Dr. Rafael Vieira Nunes**

Biólogo (licenciado e bacharel) pelo Centro Universitário de Brasília (Brasília-DF). Mestre e Doutor em Ecologia e Conservação da Biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (Cuiabá-MT). Atualmente é articulador político no Instituto Socioambiental (ISA) em Mato Grosso. Principais interesses: taxonomia, sistemática e história natural dos insetos (ênfase em Scarabaeoidea), inventários de biodiversidade, política socioambiental, perícia ambiental, filosofia da ciência e política climática.

## **11. PROTEÇÃO PENAL DO MEIO AMBIENTE**

1. A proteção administrativa e civil do meio ambiente; 2. A proteção penal do meio ambiente, Lei 9.605/98. 3. Peculiaridades do crime ambiental. Tipo penal ambiental. 4. Princípio da insignificância. 5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 6. Investigação dos crimes ambientais. 7. Crimes ambientais na Lei 9.605/98 e na legislação extravagante. 8. Crimes ambientais na Amazônia. Indígenas e crimes ambientais. 9. Cooperação internacional. 10. Acordos nos crimes ambientais.

**Aulas nos dias: 09 e 10/10/2026 – remoto/ao vivo**

### **Prof. Dr. Vladimir de Passos Freitas**

Professor de Direito Ambiental no mestrado/doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Professor Visitante da *Escuela de Administración de la Facultad de Ciencias Sociales* da Universidade Nacional da Costa Rica, Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo e Presidente da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Desembargador Federal aposentado do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (RS), onde foi Presidente. Pós-doutor pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), é mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Ibrajus) e colunista semanal da revista eletrônica *Consultor Jurídico*. Foi Promotor de Justiça no Estado de São Paulo, Secretário Nacional de Justiça no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Presidente da *International Association for Courts Administration (IACA)* e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Proferiu mais de 400 palestras em todos os estados brasileiros e em 19 países. Publicou 33 livros, como autor, co-autor e coordenador e centenas de artigos em revistas especializadas do Brasil e do exterior. Foi coordenador do grupo juizes latino-americanos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Grupo Juizes da União Internacional para Conservação da Natureza

(IUCN). Ao longo de sua trajetória recebeu dezenas de homenagens, entre elas o título de Cidadão de Caraguatatuba (SP) e de Curitiba (PR), Medalha do Mérito Acadêmico da Universidade Nacional Autônoma do México, Faculdade de Direito, Medalha da "Ordem do Mérito Dom Bosco" do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª. Região, DF, Brasil, Curitiba, PR, 2005, Comenda especial da Ordem do Mérito Militar, Porto Alegre, 2004, doutor "Honoris Causa em Humanidades", outorgado pela *Universidad Paulo Freire*, Nicarágua, Homenagem da *Liga Mundial de Abogados Ambientalistas*, Cidade do México, México, Homenagem da *Academia Transdisciplinária Internacional del Ambiente – ATINA*, Lima, Peru. Na área esportiva, foi campeão brasileiro de masters de natação (Palhoça, SC, 2017), sul-americano (Maldonado, Uruguai, 2016), 8º colocado no Campeonato Mundial Masters de Natação, Kazan, Rússia, 2015 e campeão sul-brasileiro másters de natação (Curitiba, 2023).

## **12. DIREITO URBANÍSTICO: ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES NA PROBLEMÁTICA URBANA**

1. Elementos formadores do Direito Urbanístico: Características do Direito Urbanístico - Objeto do direito urbanístico – Princípios – Instrumentos de intervenção urbana (Estatuto da Cidade) - Perfil constitucional – identificação das normas urbanísticas; 2. Competências Urbanísticas: Discriminação constitucional das competências urbanísticas (União, Estados e Municípios) – Normas de competência e os planos urbanísticos – Planejamento urbano e sua natureza jurídica; 3. Licenciamento Urbanístico: Elementos formadores do processo administrativo – Licenciamento ambiental e urbanístico, suas características e diferenças – Regime jurídico das licenças - Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança; 4. Parcelamento do Solo: Aspectos da Lei Federal 6.766/79 – Desmembramento, desdobro (fracionamento) – loteamentos irregulares e clandestinos – o parcelamento do solo para fins urbanos na zona rural e a competência dos Municípios; 5. Regularização Fundiária Urbana: (Lei Federal 13.465/2017) - Estatuto da Cidade e Reurb - Institutos jurídicos trazidos pela Lei Federal 13.465/2017 - Modalidades de Reurb (Reurb-S e Reurb-E).

**Aulas nos dias: 30 e 31/10/2026 – presencial**

**Prof. Me. Carlos Eduardo da Silva**

Graduado em Direito pela Faculdade Toledo de Ensino de Presidente Prudente-SP. Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor dos Cursos de Especialização da Fundação Escola Superior do MPMT; Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e de Defesa Social e Agrária do MPMT; Coordenador do Centro de Apoio Operacional do MPMT nas Questões Fundiárias e de Meio Ambiente Urbano.

## **13. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO**

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia do ensino jurídico na pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Questão nuclear da qualidade do ensino jurídico no país. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

**Aulas nos dias: 13 e 14/11/2026 – remoto/ao vivo**

**Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira**

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Titular do PPGD da UNIMAR e do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Membro Efetivo do CONPEDI, do IBDCivil e do IBDFAM. Cursos de extensão no exterior: nas Universidades de Telaviv, Universidade Autónoma do México, Universidade Urbaniana do

Vaticano, Universidade de Roma, Universidade de Paris – *Sorbonne*, Universidade de Londres – *King College*. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada fundadora do Escritório Borges Ferreira Advogados Associados.

#### **14. PERÍCIA AMBIENTAL**

1. Fundamentos técnico-jurídicos. 1.1. Noções básicas sobre meio ambiente e impactos ambientais. 1.2. Princípios do Direito Ambiental. 1.3. Legislação aplicada. 1.4. Conceitos de dano ambiental. 1.5. Responsabilização por danos ambientais. 1.4. Formas de reparação dos danos ambientais. 1.5. Avaliação dos danos ambientais. 2. Avaliação dos danos ambientais. 2.1. Degradação e alteração do meio ambiente. 2.2. Ecossistemas de referência. 2.3. Métodos de avaliação dos danos ambientais (quantificação e qualificação). 3. Perícia ambiental. 3.1. Perito judicial. 3.2. Elaboração de laudo técnico. 3.3. Assistência técnica. 3.4. Elaboração de parecer técnico. 3.5. Perícia extrajudicial (criminal e cível). 4. Fundamentos da indenização pecuniária. 4.1. Economia ambiental. 342. Valor econômico dos recursos ambientais. 4.3. Métodos de avaliação monetária dos danos ambientais. 4.4. Vantagens e limitações dos métodos de avaliação monetária dos danos ambientais. 5. Estudos de caso e discussão.

**Aulas nos dias: 04 e 05/12/2026 – presencial**

**Prof. Dr. José Guilherme Roquete**

Graduado em Engenharia Florestal, mestre em Ciências Florestais e Ambientais e doutor em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialista em Economia e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente atua como analista, na modalidade Engenharia Florestal, no Ministério Público de Mato Grosso. Possui experiência em estudos relacionados ao crescimento e produção florestal, dendrocronologia, avaliação de impactos ambientais, monitoramento remoto da vegetação, avaliação econômica de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas/alteradas, e legislação e política ambiental. Participa de vários grupos de trabalho da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público

#### **15. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TUTELA DO MEIO AMBIENTE**

Noções propedêuticas. Regime jurídico da mudança do clima. Tutela Constitucional do Direito Ambiental. Bens Ambientais. Regime Jurídico dos Recursos Ambientais. Desenvolvimento Sustentável. Ordem econômica e meio ambiente. Princípios Ambientais (Melhores Técnicas Disponíveis e Vedação da Proteção Deficiente. Equilíbrio. Limite. Poluidor Pagador, Usuário Pagador e Protetor Recebedor: externalidades. Não retrocesso. Prevenção, Precaução e Processo de Inconstitucionalização na ADI 3937.). Litigância Climática de Ações Constitucionais (ADPF 760, ADO 64, ADPF 735, ADPF 651, ADO 54, ADO59, ADI 6.148, ADPF 70 e ADI 60, ADI 6.808). Responsabilidade Ambiental Cível. Responsabilidade por Infrações Administrativas. Conciliação Ambiental. Prescrição. Competência Legislativa.

**Aulas nos dias: 29 e 30/01/2027 – presencial**

**Prof. Dr. Marcelo Caetano Vacchiano**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT (2000), com especializações em Direito Civil (2007) e Direito Ambiental (2008) pela Universidade de Cuiabá, além de aperfeiçoamento em Direito Constitucional pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso FESMP (2008). Concluiu o Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso UFMT (2017) e a especialização em Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Negocial pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul FMP/RS (2021). Doutor em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação da UNEMAT (2025). Atua como Promotor de Justiça titular da

20 Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá, com atribuições em Recuperação Judicial e Falências, além de integrar a Procuradoria Especializada de Defesa Ambiental e Ordem Urbanística. Coordena o Centro de Apoio Operacional de Insolvência Empresarial e o Núcleo de Ações de Competência Originária do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e exerce a função de Diretor-Geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso FESMP/MT. No âmbito acadêmico, é coordenador do Curso de Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico e professor da Especialização em Agronegócio e Direito Ambiental da FESMP/MT. Representa o Ministério Público do Estado de Mato Grosso no Conselho Estadual de Meio Ambiente e no Fórum de Combate ao Uso de Agrotóxicos em MT. Possui experiência nas áreas de Direito Ambiental e Insolvência Empresarial, com forte atuação em políticas públicas e fiscalização ambiental. Idealizou e coordenou, por quatro anos, o Projeto Satélites Alertas, além de ter coordenado o Projeto Água Para o Futuro, ambos desenvolvidos no Ministério Público do Estado de Mato Grosso e premiados pelo Conselho Nacional do Ministério Público CNMP. Também integrou o Grupo de Trabalho de Defesa da Amazônia (GT Amazônia) e o Grupo de Trabalho sobre boas práticas em processos de recuperação judicial e falências, ambos do CNMP

## **16. GESTÃO AMBIENTAL – REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL EM MATO GROSSO**

1. Aspectos práticos da regularização dos imóveis rurais no CAR/SIMCAR: Aspectos controvertidos da análise do CAR em Mato Grosso. Áreas Consolidadas. Desmembramento de matrículas de imóveis rurais e seus efeitos ambientais. Tipologia Florestal (RADAM BRASIL e possibilidade de impugnações). 2. Política Florestal Estadual com ênfase no licenciamento ambiental, monitoramento do Manejo Florestal. Procedimento de mudança de detentor, cadeia de custódia e rastreabilidade da madeira no Sisflora 2.0. 3. Fiscalização, monitoramento e responsabilização das infrações ambientais em Mato Grosso. 4. Tríplice Responsabilização Ambiental e a Solução Consensual de Conflitos Ambientais. Mediação. Conciliação ambiental e conversão das multas em serviços.

**Aulas nos dias: 19 e 20/02/2027 – presencial**

**Profa. Esp. Mauren Lazzaretti**

Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá. Especialista em Direito Tributário pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; Perícia e Auditoria Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz e Processo Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Foi Presidente da Comissão de Meio em Ambiente da OAB/MT, Ex-presidente do Fórum dos Secretários da Amazônia Legal. Advoga na área ambiental e atualmente é Secretária de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso e Presidente da ABEMA – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Possui larga experiência em Direito Ambiental e Gestão Ambiental com participação e exposição em diversos eventos ambientais no Brasil e Exterior.

## **17. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS**

1. A visão mecanicista e a visão ecológica do direito; 2. Propriedade e sua função socioambiental; 3. Dano ambiental, degradação e poluição. Lei nº 6.938/81; 4. Reparação civil do dano ambiental (e climático); 4.1 Nexa causal na responsabilidade civil ambiental; 4.2 Extensão da indenização; 4.3 Solidariedade e inversão do ônus da prova; 4.4 Obrigação *propter rem* e responsabilidade pelo passivo ambiental; 5. Ato ilícito, ato lícito e abuso de direito na configuração do dano ao meio ambiente; 6. Dano ao meio ambiente e prescrição.

**Aulas nos dias: 05 e 06/03/2027 – remoto online**

**Prof. Dr. Rodrigo Borges de Barros**

Professor da Universidade de Uberaba - UNIUBE/MG (graduação e pós-graduação). Especialista em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -

PUC/MG, Mestre em Bioética pela Universidade do Vale do Sapucaí - Univás e Doutor em Biocombustíveis pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Também, professor de Direito Agrário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (FGV-Rio) em convênio com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura - ENFAM. Foi subsecretário municipal de meio ambiente na Prefeitura Municipal de Uberaba-MG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental, Direito Agrário, Direito da Energia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Global, Bioética e Biocombustíveis, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, agronegócio, bioética, biotecnologia, biossegurança, biodiversidade, biocombustíveis, biopirataria, educação ambiental e energia. Advogado.

## **18. SISTEMA MATOGROSSENSE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL**

1. Licenciamento Ambiental: Fundamentos e Aplicações: Conceito e importância do licenciamento ambiental; Meio ambiente: conceito, impactos ambientais e desafios para a gestão ambiental; Características dos empreendimentos e atividades que necessitam de licenciamento ambiental; Desenvolvimento sustentável: integração social, econômica e ambiental. 2. Legislação Ambiental Aplicável: Constituição Federal (art. 225); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81); Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97; Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98); Código Florestal (Lei nº 12.651/12); Competências do IBAMA, órgãos estaduais e municipais no licenciamento (Lei Complementar nº 140/2011). 3. Estudos e Etapas do Licenciamento Ambiental: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); Plano de Controle Ambiental (PCA); Relatório de Controle Ambiental (RCA); Estudo Ambiental Simplificado (EAS); Projeto Básico Ambiental (PBA); Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); Etapas do licenciamento ambiental: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. 4. Sistema Mato-Grossense do Cadastro Ambiental Rural (CAR/SIMCAR): Aspectos práticos da regularização dos imóveis rurais no CAR; Análise do CAR em Mato Grosso: aspectos controvertidos e desafios; Áreas consolidadas e desmembramento de matrículas de imóveis rurais; Tipologia florestal (RADAM BRASIL) e possibilidades de impugnações. 5. Política Florestal Estadual e Monitoramento : Monitoramento do manejo florestal em Mato Grosso; Sistema Sisflora 2.0: mudanças de detentor, cadeia de custódia e rastreabilidade da madeira. 6. Fiscalização e Responsabilização Ambiental: Fiscalização e monitoramento de infrações ambientais em Mato Grosso; Tríplex responsabilização ambiental (administrativa, cível e penal); Procedimentos de responsabilização e medidas compensatórias. 7. Solução Consensual de Conflitos Ambientais: Mediação e conciliação ambiental; Conversão de multas em serviços ambientais; Experiências práticas de solução consensual de conflitos no contexto mato-grossense.

**Aulas nos dias: 19 e 20/03/2027 – presencial**

**Profa. Esp. Lilian Ferreira dos Santos**

Especialização em Gestão Ambiental, carga Horária: 400h, Universidade de Cuiabá, UNIC, Brasil. Título: Reabilitação de Área Degradada por Atividade de Ouro no Município de Poconé/MT Com Ênfase nos Aspectos Agronômicos, orientador: Solange Fátima De Oliveira Cruz. Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas, carga horária: 705h, Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Título: Sistemas de Controle Ambiental em Propriedades Rurais de Mato Grosso, orientador: Júlio Neil Cassa Louzada. Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil. Advanced ems auditor course, carga horária 40 h, Intitute of Environment Management Assessment, IEMA, Inglaterra. Auditor Ambiental Interno em ISO 14.001:2004 carga horária: 20h, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Gerenciamento ambiental/ formação

de auditores, carga horária: 40h. Environmental Resources Management Group, Erm, Brasil. Risco Saúde Humana Exposição Resíduos, carga horária: 170h, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Compensação ambiental, carga horária: 24h, Fundação Estadual de Meio Ambiente, FEMA, Brasil. Análise de risco EIA/RIMA, carga horária: 32h, Universidade de Cuiabá, UNIC, Brasil. Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista Ambiental, carga horária: 40. Regime: Dedicção exclusiva. Atua Como Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental E Recursos Hídricos.

**Profa. Esp. Mauren Lazzaretti**

Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá. Especialista em Direito Tributário pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; Perícia e Auditoria Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz e Processo Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Foi Presidente da Comissão de Meio em Ambiente da OAB/MT, Ex-presidente do Fórum dos Secretários da Amazônia Legal. Advoga na área ambiental e atualmente é Secretária de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso e Presidente da ABEMA – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Possui larga experiência em Direito Ambiental e Gestão Ambiental com participação e exposição em diversos eventos ambientais no Brasil e Exterior.

**19. DIREITO PROCESSUAL COLETIVO – QUESTÕES ATUAIS**

1. Estudar o Direito Processual Coletivo como novo ramo do direito processual, com ênfase para os seus princípios e a nova teoria geral do processo no novo constitucionalismo. 2. Discorrer sobre Ação Civil Pública: representação adequada e legitimidade, objeto material e questões polêmicas. 3. Analisar o Processo Coletivo no Enfrentamento de Problemas e Conflitos Estruturais. 4. Apresentar reflexões e diretrizes de atuação sobre resolutividade e os desafios das Instituições do Sistema de Justiça na Tutela Coletiva.

**Aulas nos dias: 02 e 03/04/2027 – remoto/ao vivo**

**Prof. Dr. Gregório Assagra de Almeida**

Pós-doutor pela Syracuse University, New York, Estados Unidos, quando *Visiting Scholar* e bolsista Capes em estágio sênior. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Professor e foi coordenador do Curso de Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itáúna. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Assessor da Corregedoria-Geral do MPMG. Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNMP.

**20. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MATOGROSSENSE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E AMBIENTAL**

1. Introdução ao Território Mato-Grossense Características geográficas e ambientais: biomas, relevo, clima e hidrografia. Contextualização histórica da ocupação territorial desde os povos originários até os dias atuais. 2. Processos Históricos de Ocupação e Desenvolvimento Ciclos econômicos e suas influências na ocupação do solo: mineração, extrativismo e agropecuária. Políticas públicas de colonização e migração interna. Formação e expansão dos centros urbanos e rurais. 3. Geografia Socioeconômica e Políticas Públicas Estrutura agrária e dinâmica produtiva: agricultura, pecuária e indústria. Desafios e oportunidades no desenvolvimento regional. Papel das políticas públicas estaduais e municipais no ordenamento territorial. 4. Legislação Ambiental e Urbanística em Mato Grosso Marcos legais estaduais que regulam o uso e ocupação do solo. Análise de casos práticos de aplicação da legislação ambiental e urbanística no estado. 5. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em Mato Grosso Conceito e fundamentos do Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento de planejamento territorial. Contexto histórico e implementação do ZEE no estado de Mato Grosso. Diretrizes para o uso sustentável do território: potencialidades econômicas, sensibilidade ambiental e vulnerabilidade social.

Conflitos e desafios na aplicação prática do ZEE em Mato Grosso. 6. Desafios Contemporâneos e Perspectivas Futuras. Impactos ambientais decorrentes da ocupação e uso do solo: desmatamento, queimadas e conservação da biodiversidade. Conflitos socioambientais e soluções legislativas. Inovações legislativas e políticas públicas para a sustentabilidade territorial.

**Aulas nos dias: 16 e 17/04/2027 – presencial**

**Prof. Esp. Wilson Santos**

## **21. VISÃO ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL**

1. O conceito de sustentabilidade, a Constituição Federal e a intersecção entre as variáveis econômica e ambiental; 2. O dilema da valoração entre princípios; 3. O modelo da teoria da análise econômica do Direito e o conflito entre políticas de Estado e políticas de Governo; 4. As lições de Kelsen e a difícil tarefa do intérprete autêntico; 5. Casos concretos: o texto normativo, o extrair sentido por meio da interpretação, e a criação da norma de decisão a partir de um olhar dirigido - o drama do juiz e sua consciência; 6. Porque temer os juízes e a solução “casta” - cada caso será um caso, e a segurança jurídica flutuará ao sabor de circunstâncias, ou a estratificação deprimirá a necessária adaptabilidade.

**Aulas nos dias: 07 e 08/05/2027 – presencial**

**Prof. Dr. Werner Grau Neto**

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Ambiental (2003), Mestre em Direito Ambiental Internacional (2006) e Doutor em Direito Tributário Ambiental (2012) pela Universidade de São Paulo. Extensão em Responsabilidade Social no Terceiro Setor pela Fundação Instituto de Administração (FIA) Ex-membro e presidente do conselho da TNC no Brasil e graduado no curso Sustainable Finance pela Cambridge Universit. Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados, atua nas esferas consultiva e contenciosa para clientes nacionais e internacionais, desde empresas privadas até entidades multilaterais e de desenvolvimento, entre outros órgãos supranacionais. Sua área de expertise concentra-se em questões envolvendo direito ambiental e constitucional, com ênfase em matérias consultivas e contenciosas envolvendo uma vasta gama de temas, dentre os quais relações governamentais, inquéritos e litígios relacionados a licenciamento e danos ambientais, acidentes de vulto com implicações para o meio ambiente e povos originários, comunidades tradicionais e outros grupos vulneráveis. Presta também assistência nas esferas consultiva e contenciosa em questões relacionadas a mudanças climáticas, sustentabilidade e ESG, abrangendo desde assessoria a órgãos governamentais e multilaterais na formulação e análise de estruturas legais até disputas públicas e privadas relacionadas essas questões. Dentre suas áreas de atuação destacam-se os setores de mineração, energia e silvicultura/agronegócio, assim como outros segmentos em geral.

## **22. DIREITO AGRÁRIO**

1. Direito agrário: conceito, natureza jurídica, conteúdo e fontes. Princípios gerais peculiares do direito agrário. 2. O direito agrário e a Constituição Federal. 3. A função social da propriedade rural. 4. Imóvel Rural: conceito e classificação. 5. O Módulo Rural e o Módulo Fiscal. 6. Indivisibilidade do Imóvel Rural. 7. Organização da propriedade territorial rural – registros públicos, cadastro e evolução da propriedade territorial rural no Brasil. 8. Zoneamento rural. 9. A regularização do Sistema Fundiário Brasileiro. 10. Desapropriação e Reforma Agrária. 11. A legitimidade dos movimentos sociais sem-terra. 12. As demandas agrárias na Lei dos Ritos Cíveis: os requisitos e os procedimentos. 13. Cooperativismo e Associativismo Rural. 14. Contratos agrários; os contratos agrários no Código Civil e no Estatuto da Terra. Arrendamento e da parceria.

**Aulas nos dias: 21 e 22/05/2027 – remoto online**

**Profa. Me. Adriana Vanderlei Pommer**

Mestre em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Advogada e administradora com ênfase em agronegócio pela Universidade Estadual de Mato Grosso. Sócia fundadora da Pommer Advocacia e Consultoria. Professora de Direito Agrário e Direito Ambiental. Integrou o corpo docente da Universidade Estadual de Mato Grosso. Conselheira Estadual da OAB Mato Grosso. Membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/Mato Grosso. Membro da Comissão de Direito Agrário da 6ª Subseção da OAB/MT.